



Fabricação de ideias e identidade na historiografia literária lusa e brasileira: Começa a literatura brasileira com um romance, feminista e político escrito por uma mulher?

Eva Loureiro Vilarelhe

*(Grupo GALABRA – Univ. De Santiago de Compostela)
Faculdade de Filologia – Universidade de Santiago de Compostela
Rua Ricardo Carvalho Calero s/n 15782- Santiago de Compostela -GALIZA
<evolinhas@mundo-r.com>*

A literatura, particularmente nas esferas do ensino e os meios de comunicação, joga historicamente roles importantes na configuração da identidade, a coesão e o reconhecimento intra e extra-comunitário. O peso do *literário* está em dependência das necessidades dos grupos que promovem esses objectivos e de que estes possam ou não ser realizados por outros meios. Para isso, os historiadores da literatura fabricam ideias que funcionam como referências simbólicas e programas de acção para os seus destinatários. Algumas destas prendem-se com elementos fundacionais, onde se pretende a articulação coerente entre ‘o início da nação’ e o início da sua literatura, de tal maneira que como aquela se defina deve definir-se esta (língua, origem, território, etc.): por exemplo, para o caso galego e português, Galiza e Portugal, de alguma maneira *começam* quando começa a sua expressão artística em galego-português com as

cantigas medievais. E a literatura brasileira, quando *começa*? Porque o seu começo está ligado à própria história da nação e aos valores referenciais que de aí se deduzirem.

Teresa Margarida da Silva e Orta publica em 1752 *Máximas de Virtude e Formosura* sob o pseudónimo Dorothea Engrassia Tavareda Dalmira, obra mais conhecida pelo título das posteriores edições *Aventuras de Diófanos*, nomeadamente a partir da atribuição da autoria a Alexandre de Gusmão em 1790.

O argumento pode ser resumido brevemente do seguinte modo: a obra começa com a viagem que empreendem Diófanos e Climenea, reis de Tebas, com dois de seus filhos Almeno e Hemirena, com motivo do casamento desta última com Arnesto, príncipe de Delos. Mas a viagem trunca-se com o assalto da comitiva, em cujo combate morre Almeno, e o resto da família real acaba em mãos dos seus inimigos de Argos. A partir daqui Diófanos, Climenea e Hemirena seguem caminhos diferentes ao serem feitos escravos e só se cruzam em contadas ocasiões, encontros em que não se reconhecem por terem mudado de nome e aspecto físico devido aos trabalhos e perigos a que se vêem expostos. Assim, Diófanos passa a ser Antionor, Climenea Delmetra e Hemirena, adoptando o vestido de homem para evitar melhor os problemas, Belino. Por sua vez, Arnesto deixa Delos na procura da prometida e da sua família sob o nome de Albênio. Depois de muitas peripécias em que Diófanos e Arnesto servem de conselheiros do governo, Climenea de educadora e Hemirena vangloria-se das suas virtudes, acabam por reencontrar-se finalmente e, retomando os seus papéis iniciais, celebra-se a boda de Hemirena e Arnesto.

O que realmente tem maior repercussão da história e centra o interesse da autora, a julgar pelo número de páginas que lhe dedica, são os conselhos e comentários das diferentes personagens, sendo muitas vezes os diálogos entre elas meros pretextos para apresentar todo um catálogo de máximas pelas quais se deveria reger qualquer bom soberano, qualquer mulher virtuosa ou qualquer sociedade regida pelos preceitos iluministas. A relevância política desta obra vê-se ressaltada pelo facto de ser entregue aos censores pouco mais de três meses após a morte de D. João V, cujo carácter absolutista aparece quase explicitamente criticado neste romance.

Se tivermos em conta que a escritora do século XVIII costumava escrever poesia e de tema religioso ou de circunstâncias, a utilização da prosa e o tratamento do tema social, com especial atenção nos assuntos políticos constitui uma transgressão por parte de Teresa Margarida, não de reivindicação feminina/feminista apenas, mas de intervenção em âmbitos e com repertórios masculinos. Transgressão que não ficou sem

penitência, pois a sua autoria foi posta em causa por grande parte da crítica que focou esta obra.

Teresa Margarida da Silva e Orta nasceu em São Paulo por volta de 1711 ou 1712. O seu pai, de origem navarra, chegou ao Brasil com apenas doze anos, e, tempo depois, já convertido em rico homem de negócios, casava com uma aristocrata brasileira. A família voltou para Lisboa, sendo ainda menina Teresa Margarida, quem, como tantas mulheres daquela altura, ingressou num convento ao igual que a sua irmã. Mas aos dezasseis anos decidiu casar contra a vontade paterna com Pedro Jansen Moller van Praet. A partir daí começam os seus litígios pelo dote com o pai e nomeadamente com o irmão, Matias Aires, autor das *Reflexões sobre a vaidade dos homens* (também publicadas em 1752). A sua vida transcorreu rodeada das mais altas hierarquias do poder. Amigo íntimo dela foi Alexandre de Gusmão, secretário do rei e conselheiro do Conselho Ultramarino desde 1743, relacionando-se por esta via inclusive com D. João V – o próprio D. Manuel, irmão de D. João V, apadrinhou um dos seus doze filhos –. A sua amizade com Gusmão também ajudou para que o seu primogénito fosse estudar a Paris. Em Janeiro de 1753 a viuvez deixou-a cheia de problemas económicos, propiciados não só pela inimizade do irmão senão também pela fábrica de madeira que por conselho de D. João V construía seu marido no Maranhão, e que resultou um fracasso. Em Dezembro desse mesmo ano morreu Gusmão, o seu grande amigo, que ainda pôde assistir no ano anterior à publicação de *Máximas de Virtude e Formosura* (1752).

A obra foi entregue aos censores em 1750 e dos seus comentários destaca o facto de eles conhecerem quem está por trás do pseudónimo com que se assina o romance, ao ligarem esta prosa às composições poéticas – talvez manuscritas – da mesma autora. Tratam-na de mulher ilustre cuja trajectória social se reflecte na sua trajectória intelectual, portanto era conhecida social e intelectualmente, o que cremos tem bastante a ver com a valorização tão positiva que se faz dela, isto é, os censores argumentam que como a autora é ilustre a sua obra não pode deixar de sê-lo, pois de outro modo, cremos, não lhe dedicariam semelhante acúmulo de louvores, nem seria assim o tratamento se o autor fosse Gusmão.¹

¹ A autoria feminina era perspectivada de um modo diferente, e isto pode ver-se reflectido na proliferação nesta altura de listados que recolhiam as figuras femininas, denominadas comunmente como heroínas, que destacavam em determinados âmbitos (i.e.: Azevedo, Diogo Manoel Ayres de (1734): *Portugal ilustrado pelo sexo feminino. Noticia historica de muytas heroínas portuguezas, que florecerão em virtude, letras, e armas*. Lisboa: Off. Pedro Ferreira).

Já em 1759 Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana* (1759; IV: 271-2) atribui o nome da mulher que está por trás do pseudónimo com que se assina o romance: Teresa Margarida da Silva e Orta, de quem oferece uma sucinta biografia onde destaca que “fez admiráveis progressos assim na poetica como na oratoria”, facto que coincide com as apreciações dos censores.

Concordam, pois, estes comentários dos censores e de Barbosa Machado – únicos testemunhos de época que conhecemos – em apontar para a autoria feminina da obra.

Em 1770, Teresa Margarida acaba presa no convento de Ferreira, passa sete anos fechada por ordem do Marquês de Pombal,² valido de D. José I, até à Viradeira, sendo indultada por D. Maria – prévia petição da presa em forma de poema³ – em 1777, ano em que também sai à luz a segunda edição da sua obra, desta vez intitulada *Aventuras de Diófanos*, remetendo para as *Aventures de Télémaque* de Fénelon como modelo imitado. A terceira edição, de 1790 como foi dito, atribui a obra ao melhor amigo, já morto, da quase octogenária Teresa Margarida, Alexandre de Gusmão e cuja promoção para o governo de D. José I creu ver explicitada neste romance boa parte da crítica, atribuição que constitui o início da disputa sobre a autoria desta obra.

Cabe ressaltar que nos anos de 1777 – ano da chegada ao trono de D. Maria – e 1790 – ano da abolição do feudalismo, que seguiu num ano à revolução francesa – a obra ainda ganha maior dimensão política, e talvez aí esteja o motivo da dúvida sobre a autoria. Ainda que também é de assinalar que, se não podemos saber se a edição de 1790 teve mais sucesso ao levar o nome de Alexandre de Gusmão na capa – outra das provas utilizadas para justificar a atribuição da obra ao conselheiro de D. João V – este facto pôde contribuir em boa medida para incentivar a atenção que foi prestada a este romance por uma parte da crítica, ao ser ele homem, e o homem que era.

Teresa Margarida morre em 1793. Em 1818 publica-se *História de Diófanos*, uma edição truncada que só recolhe os dois primeiros livros do romance em que se diz “escrita por huma senhora portugueza”.

Em 1945 o brasileiro Ruy Bloem – quem já em 1938 provara que o pseudónimo era acrónimo perfeito de “Dona Theresa Margarida da Silva e Orta” – edita a obra sob o título: *Aventuras de Diófanos*, atribuindo-a a Teresa Margarida. Em 1993, no

² A repressão para com determinados sectores da aristocracia portuguesa era comum na altura e teve especial acinte na família dos Távora.

³ *Petição que a presa faz à Rainha N. Senhora* (in: Montez, 1993: 53-4).

bicentenário da sua morte, a estudiosa brasileira Ceila Montez edita *Obra reunida* de Teresa Margarida da Silva e Orta, contendo além de *Aventuras de Diófanos* os manuscritos rubricados pela autora durante a sua estadia no mosteiro de Ferreira. Em 2002, 250 anos após a primeira edição, a professora brasileira Maria da Santa Cruz publica numa editora portuguesa uma edição crítica intitulada *Aventuras de Diófanos* em que figura Teresa Margarida da Silva e Orta como autora na capa, mas onde Santa Cruz defende a co-autoria de Alexandre de Gusmão e Teresa Margarida, como já fizera na sua Tese de Doutoramento (1990). A obra também é acessível em Internet, possibilitando um novo foco de actuação mediática, através de diferentes páginas que oferecem a possibilidade de consultar o texto editado pelo Ministério de Cultura e a Fundação da Biblioteca Nacional do Brasil.

Da revisão que levámos a cabo da crítica literária que focou Teresa Margarida e a sua obra 1752 a 2002, podemos deduzir que, em geral, a crítica divide as suas opiniões em três ordens de discussões, como já assinalou Santa Cruz (1990: 58). As duas primeiras centram a atenção de sectores da crítica brasileira porque interessa apropriar-se da transgressão para a construção do sistema literário brasileiro, mediante, por um lado, a discussão da brasilidade da autora e da obra, e por outro, a discussão da prioridade do romance (primeiro/a romance/novela brasileiro/a?, primeiro *romance* luso-brasileiro escrito por uma mulher?) A terceira, sobre a discussão de uma autoria posta em causa desde a edição de 1790, não vulnera os interesses comuns ao campo da crítica literária brasileira ao nele considerar-se brasileiros tanto a Teresa Margarida como a Alexandre de Gusmão.

Quanto à evolução cronológica dos estudos dedicados a pesquisar sobre Teresa Margarida e *Aventuras de Diófanos*, resulta evidente que é a partir do século XX que há um maior interesse, passado o eflúvio romântico. Concretamente na primeira metade do século são anos chave 1938 com os estudos de Ruy Bloem e de Ernesto Ennes, 1945 com a edição da obra por parte de Bloem, e 1952 com o maior estudo levado a cabo sobre a biografia da autora, feito por Ennes. Na segunda metade há uma maior proliferação de estudos, entre eles a Tese de Doutoramento de Santa Cruz (1990), a edição da *Obra reunida* de Montez em 1993, e a edição crítica de Santa Cruz em 2002.

Tanto o tema da nacionalidade como o da autoria levantam opiniões encontradas e nem sempre bem justificadas.

Teresa Margarida é uma autora reclamada por determinadas entidades tanto do sistema literário português como do sistema literário brasileiro. Desde o sistema literário português porque a autora viveu em Portugal e publicou a sua obra em Lisboa. Desde o sistema literário brasileiro porque Teresa Margarida nasceu em São Paulo, de mãe brasileira; mas nisto coincide com o seu irmão Matias Aires, mesmo tendo vivido ele mais anos no Brasil, e não foi reclamado com tanta insistência como Teresa Margarida pela crítica brasileira.

A diferença pode estar em que Teresa Margarida se considera estrangeira, como indica no prólogo da sua obra⁴, algo que também pode ter a ver com a pose adoptada pelos *estrangeirados* para dar validade à análise *objectiva*, isto é, de fora, da situação do país. Mas isto aparece também matizado pela visão que transparece em *Máximas de Virtude e Formosura*, na história de Arnesto sobre o sucedido na ilha de Nácsia – cujo relato sobre a chegada a esta terra e os ensinamentos que se deram aos nativos tem muito de descoberta (entenda-se do Brasil) –, nomeadamente na aludida afirmação:

deveis procurar entre os vossos nacionais para vos reger, porque são grandes, e algumas vezes irreparáveis os danos que se seguem de ser o Soberano estrangeiro (2002: 206).

Estas palavras foram utilizadas para destacar a sua tendência brasílica – como Santa Cruz (1990 e 2002) –. Algo que já advertira o censor Frei José de São Gualtier Lamatide, quem, estando dedicada a obra à princesa D. Maria, , prefere se dedique à “princesa do Brasil”, como também era conhecida D. Maria, facto que não deixa de surpreender-nos, por tratar-se Lamatide de um membro do Santo Ofício, e não deixamos de destacar, ao estar nesse momento o Brasil sob a coroa portuguesa, e ser português o autor de dita asseveração. Coisa que, em todo o caso, implica uma mudança de mentalidade que talvez aponte para a independência do território ultramarino, que já parecia transparecer em determinadas personalidades, como Teresa Margarida, ou este Qualificador do Santo Ofício.

Agora bem, não há unanimidade na crítica e é precisamente nas histórias da literatura brasileira onde mais problemas se levantam à hora de tratar o século XVIII,

⁴ “Também é certo que, para pintar Majestades, me faltam os pincéis de Apeles e não tenho a pena de Homero; mas como sou estrangeira, tenho visto bastante para poder contemplar soberanas propriedades, assentando em que não há vapores tão elevados que possam formar sombras na grandeza do Olimpo.” (2002: 55; sublinhado nosso).

facto que tem a ver com a dificuldade de ter que falar de literatura nacional quando as manifestações literárias no Brasil continuavam dependendo da metrópole. Assim, há uma série de parâmetros que os críticos usam (às vezes nem sequer explicitam nenhum critério, devido às dúvidas que têm) para balizar o que poderiam incluir dentro dum suposto (proto-)sistema, mas continuam falando daqueles autores que rejeitaram por não ajustar-se aos seus parâmetros, porque, afinal, convém falar deles à hora de reconstruir a história da literatura nacional.

Como os critérios de selecção variam de uns estudiosos a outros, criam-se debates em torno de determinados autores, como é o caso de Teresa Margarida, que acaba por ser objecto de discussão nas histórias da literatura, que, em certo modo, em última instância, leva a que o seu tratamento se veja limitado aos problemas que levanta e não se aprofunde no estudo da sua obra.

O caso de Teresa Margarida fica nesse terreno de ninguém que é o século XVIII, propiciado por ser nascida no Brasil e viver em Portugal, por isso não é raro que uma parte da crítica preferisse não optar por um ou outro país e assim, no meio do caminho, falasse de Teresa Margarida como escritora luso-brasileira.

A edição mais recente de 2002 exemplifica esta dualidade luso-brasileira: ao ser editada pela brasileira Maria de Santa Cruz, numa editora portuguesa de prestígio como é a Caminho, numa colecção intitulada “Obras Clássicas de Literatura Portuguesa”, em cuja capa se reproduz uma pintura do “novo mundo”,⁵ e onde Santa Cruz utiliza uma norma portuguesa – tanto no estudo como na edição – inçada de brasileirismos ausentes do texto original.

A segunda metade do século XX foi mais prolífica em estudos sobre Teresa Margarida e *Máximas de Virtude e Formosura*, em certo modo, achamos, motivado pelo interesse que tem para os dous campos literários em litígio: português e brasileiro, adscrever a obra ao seu respectivo sistema.

O maior mérito que se dá a esta obra é o seu carácter inaugural, que faz com que seja prezada por uns e outros, dado o interesse, que costuma haver em determinados âmbitos dos estudos literários, por retrotrazer os alicerces da história da literatura da nacionalidade em questão o mais possível, algo que paradoxalmente acaba por chegar-se daquelas historiografias ou livros de linhagens.

⁵ Não se esclarece a informação na edição, mas sabemos que o título da imagem é «Estampa XX», do autor Theodore de Bry (1598): *Le Théâtre du Nouveau Monde. Le Grand Voyage de Theodore de Bry*.

Tomando as palavras do artigo de Márcia Abreu “Histórias da literatura e a sua história”, verifica-se que a história da literatura é a história da construção ou da invenção, porque os críticos não duvidam em ressaltar aqueles aspectos que lhes convêm de Teresa Margarida e *Máximas de Virtude e Formosura* para conseguir os seus objectivos.

Assim, consideram Teresa Margarida secretária do Marquês de Pombal, quando foi ele próprio quem a enviou à cadeia, devido à errada atribuição da *Relação Abreviada* – obra contra os jesuítas publicada por toda a Europa e que superou os vinte mil exemplares – que já Ernesto Ennes (1952) provara que não é dela. Neste sentido, parece-nos relevante destacar que a bibliografia escolhida pela maioria dos críticos brasileiros para falar da biografia de Teresa Margarida sejam os artigos de Ruy Bloem (1938) e de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) (1941), quando Ernesto Ennes (1952) é quem mais dados fornece sobre o tema. Facto que nos faz suspeitar que esta escolha esteja influida porque Ennes, mesmo sendo brasileiro, está radicado em Lisboa.

Outro exemplo pode ser o contraditório caso de Mónica Rector (1999), quem declara explicitamente a relevância do feminismo presente em *Máximas de Virtude e Formosura*, explicando que na obra se aconselha às mulheres “submissão, discrição, moderação e silêncio”!

Parece que para as histórias da literatura, para as nações, interessam os símbolos construídos máis que o texto, por isso a crítica (brasileira e portuguesa) destaca o aspecto inaugural do romance e/ou as suas ideias inovadoras (iluminismo, feminismo, anti-absolutismo), máis que a própria obra. Algo extensível para outras obras do século XVIII, que como ponderava Márcia Abreu no antedito artigo, “muitas das quais até hoje não foram incorporadas à historiografia literária portuguesa ou brasileira”, como *Máximas de Virtude e Formosura*, cuja mudança de título também é significativa do que se prefere que triunfe, talvez por remeter mais explicitamente para o modelo imitado, conforme se vê no título adoptado na edição crítica de Santa Cruz (2002): *Aventuras de Diófanes*.

Pois bem, neste sentido, parte da historiografia brasileira reclama para si Teresa Margarida da Silva e Orta, mulher, nascida em São Paulo, que viveu quase toda a sua vida em Portugal e que escreveu um romance que admite uma leitura feminista, quase ‘avant la lettre’ actual, e política. A historiografia portuguesa negligencia-a, talvez porque, até agora, isto pouco acrescenta à fabricação dos seus símbolos e referentes e nada à sua ‘ideia de nação’. Mas para a brasileira fará que ela possa situar o seu

momento fundacional em meados do século XVIII, iniciada com um romance (género de prestígio), escrito por uma mulher e com objectivos de intervenção política progressista e feminista, ideias atractivas, atingindo um valor forte na reconstrução historiográfica nacional.

De facto, é do campo da crítica literária brasileira que autora e obra merecem maior atenção. Da portuguesa negligencia-se porque não lhe interessa tanto, se as edições de 1752, 1777 e 1818 estão na Biblioteca Nacional de Lisboa, não há praticamente lusos que estudem Teresa Margarida e a sua referência em histórias da literatura lusa são raras ou de passagem. Os documentos a que resulta mais complicado aceder – como a edição de 1790 e os manuscritos da autora – estão no Brasil, e todas as edições modernas foram editadas por brasileiros. Assim como são brasileiras a maioria das páginas web que focam a autora e/ou a sua obra na rede.

Apesar das dúvidas, sobre as três questões que mencionámos, que continuam presentes nos estudiosos e continuam sendo objecto de análise e discussão, hoje, a opinião que prevalece é a consideração de Teresa Margarida da Silva e Orta como autora de *Aventuras de Diófanés*, e como escritora brasileira que publicou o primeiro romance escrito em português em 1752. Destacando duas constatações deste facto vindas de instituições culturais:

- De Portugal, na página web do Instituto Camões aparece referida Teresa Margarida da Silva e Orta no epígrafe “Descobrimento do Brasil”.
- Do Brasil, a Academia Brasileira de Letras considera Teresa Margarida da Silva e Orta como a primeira romancista brasileira.

Isto não é de estranhar, já que *Máximas de Virtude e Formosura* obteve maior atenção dos estudiosos brasileiros, porque lhes convinha apropriar-se da transgressão e fazer fincapé no seu valor fundacional. Se Teresa Margarida era considerada a autora do primeiro romance brasileiro, antecipar-se-ia assim quase um século a data de início deste género no Brasil. Daí resulta a equiparação com o nascimento do romance em Portugal, ou mesmo adiantar-se a ele.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Márcia (2002) “Histórias da literatura e sua história”, in: <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/abreu2.htm> (05/02/2003).

- Barros, Teresa Leitão de (1924) *Escritoras de Portugal*, Lisboa: Typ. A. O. Artur, vol. II, pp. 137-40.
- Bloem, Ruy (1938): “O primeiro romance brasileiro (Rectificação de um erro da história literária do Brasil)”. Em: *Revista do arquivo municipal*, nº 51, Out. 1938, pp. 43-67.
- Bloem, Ruy (1945): “Teresa Margarida e o romance brasileiro” prefácio da edição de *Aventuras de Diófanos*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, pp. VII-XVI.
- Braga, Maria Ondina (1980) *Mulheres escritoras. Da biografia no texto ao texto da biografia*, Amadora: Bertrand, pp. 167-79.
- Ennes, Ernesto (1938a): “Uma escritora brasileira do século XVIII”. Em: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro (12/06/1938).
- Ennes, Ernesto (1938b): “Uma escritora brasileira do século XVIII”. Em: *Bazar das Letras das Ciências e das Artes*, Lisboa (5, 12 e 19/08/1938).
- Ennes, Ernesto (1938c): “Thereza Margarida da Silva e Orta. Primeira escritora paulista e primeira romancista brasileira”. Em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 35, Dez. 1938.
- Ennes, Ernesto (1952): *Dois Paulistas Insignes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. II.
- Coelho, Jacinto do Prado (1961) “As Aventuras de Diófanos. Autoria e sentido da obra”, in: *Problemática da história literária*, Lisboa: Ática, pp. 109-20.
- Cortesão, Jaime (1956): *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio-Branco, 2 vols. Em: Cortesão, Jaime (1984): *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Horizonte, vol. I (obras completas).
- Kantor, Iris (1999): “Teresa Margarida da Silva e Orta”, *Trajectórias luso-brasileiras, O Público*, Lisboa (27/04/1999). Em <http://www.instituto-camoes.pt/bases /descbrasil/tmsorta.htm> (15/11/2002).
- Lima, Alceu Amoroso (Tristão de Athayde) (1941) “Teresa Margarida da Silva e Orta, precursora do romance brasileiro”, in: *Revista do Brasil*, nº 35, Maio de 1941.
- Machado, Diogo Barbosa (1759): *Bibliotheca Lusitana*. Vol. IV, pp. 271-2.
- Montez, Ceila (ed.)(1993): *Obra Reunida* de Teresa Margarida da Silva e Orta. Rio de Janeiro: Graphia.
- Moraes, Rubens Borba de (1969): *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros Universidade de São Paulo.

- Rector, Mónica (1999) *Mulher, objecto e sujeito da literatura portuguesa*, Porto: Univ. Fernando Pessoa, pp. 130-6.
- Santa-Cruz, Maria de (1990): *Crítica e confluência em Aventuras de Diófanes (1752)*. Tese de doutoramento em Literatura Brasileira, sob a orientação de Fernando Cristóvão.
- Santa-Cruz (ed.) (2002): *Aventuras de Diófanes* de Teresa Margarida da Silva e Orta. Lisboa: Caminho.
- Souza, Roberto Acízelo de (2001) “O “caso” Teresa Margarida da Silva e Orta ou A propósito da distância entre boas letras e literatura”, in: *Representações culturais do outro; nas literaturas de língua inglesa*, Tereza Marques de Oliveira Lima / Conceição Monteiro (orgs.), Niterói: Vício de Leitura, pp. 15-28.
- Versiani, Ivana (1973/74) “Teresa Margarida e as Aventuras de Diófanes”, in: *Kriterion*, Minas Gerais, vol. XX, nº 67.

Edições de *Máximas de Virtude e Formosura* nos séculos XVIII e XIX:

1752:

- *MAXIMAS DE VIRTUDE E FORMOSURA, com que Diófanes, Clymenea, e Hemirena, Principes de Thebas, vencêrão os máis apertados lances da desgraça, OFFERECIDAS Á PRINCEZA NOSSA SENHORA A SENHORA D. MARIA FRANCISCA ISABEL JOSEFA ANTONIA GERTRUDES RITA JOANNA POR DOROTHEA ENGRASSIA TAVAREDA DALMIRA. Lisboa, Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA COSTA, Impressor do Santo Officio. Anno M.DCC.LII. Com todas as licenças necessarias.*

1777:

- *AVENTURAS DE DIÓFANES OU MAXIMAS DE VIRTUDE, E FORMOSURA, COM QUE DIÓFANES, CLYMENEA, E HEMIRENA, PRINCIPES DE THEBAS, Vencêrão os mais apertados lances de desgraça. POR DOROTHEA ENGRASSIA TAVAREDA DALMIRA. LISBOA NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. ANNO MDCCLXXVII. Com Licença da Real Meza Censoria.*
- *AVENTURAS DE DIÓFANES, IMITANDO O SAPIENTISSIMO FENELON NA SUA VIAGEM DE TELEMACO, POR DOROTHEA ENGRASSIA TAVAREDA*

DALMIRA. LISBOA, NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. ANNO MDCCLXXVII. Com licença da Real Meza Censoria.

1790:

- *AVENTURAS DE DIOFANES, IMITANDO O SAPIENTISSIMO FENELON NA SUA VIAGEM DE TELEMACO, POR DOROTHEA ENGRASSIA TAVAREDA DALMIRA. SEU VERDADEIRO AUTHOR ALEXANDRE DE GUSMÃO. LISBOA NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. ANNO M.DCC.XC. Com licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros. Vende-se na loja da Impressão Regia á Real Praça do Commercio.*

1818:

- *Historia de Diofanos, Clymenea, e Hemirena, Principes de Thebas. Historia moral escrita por huma Senhora Portugueza. Lisboa, Na Typographia Rollandiana. 1818. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. Vende-se em Casa do Editor F. B. O. De M. Mechas, no Largo do Caes do Sodré, N° 1.*